REPRESENTATIVIDADE

Uma das eternas bandeiras da Radiodifusão catarinense, defendidas pela sua entidade representativa, a ACAERT, sempre foi a busca do reconhecimento e valorização do segmento. Nas últimas décadas, várias ações foram implementadas para alcançar esse objetivo. Entre elas, o estreitamento das relações dos radiodifusores com as várias organizações que influenciam o dia-a-dia das emissoras de rádio e televisão.

Neste sentido, a ACAERT e suas associadas trabalham, por exemplo, para estabelecer um diálogo franco e transparente com órgãos governamentais, como o Ministério das Comunicações. É consenso entre as partes que a burocracia é o principal problema de milhares de processos que tramitam no Minicom. Isso provoca um atraso na análise dos documentos tanto de outorga como de renovação. O que, na maioria das vezes, significa prejuízo para as emissoras.

O relacionamento do setor com o Ministério é regulado pelos movimentos cíclicos dos interesses das gestões federais pelo assunto. Ora, temos conquistas importantes, ora, somos literalmente ignorados. Por isso, a iniciativa do Minicom em criar o chamado “Espaço do Radiodifusor” dentro do Ministério só merece elogio. Méritos da secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do MCTIC, Vanda Bonna Nogueira. Ainda mais agora neste período de migração das emissoras AMs para a faixa do FM, que ainda suscita muitas dúvidas.

Com essa estrutura criada, o radiodifusor ou seu representante, como advogado ou engenheiro, terá um atendimento personalizado sobre os seus processos em tramitação. Isso evita o transtorno do vai-e-vem de informação e da papelada que alimentam os ritos burocráticos.

Na verdade, o governo interino deveria aproveitar a iniciativa para fortalecer as representações do Ministério espalhadas pelo país. Desde 2010, opera em Florianópolis, a Delegacia Regional do Minicom (hoje, MCTIC), que atende a radiodifusão do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essa é uma conquista que não pode ser desprezada.

A descentralização já demonstrou sua funcionalidade e, portanto, desativar uma estrutura regional é retrocesso. O movimento deveria se justamente o contrário. Ou seja, o ministério mais perto do radiodifusor não só traria benefícios para as partes, como também para a boa gestão da coisa pública.

**Marcello Corrêa Petrelli**

**Presidente ACAERT**